

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 12

O POPULAR - GO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

LDO passa sem imposição de emendas de relator..... 3

O POPULAR - GO - BUSSOLA
SEGURIDADE SOCIAL

Liberados R\$ 312,7 milhões para pagar perícias do INSS na Justiça..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Simulador do INSS vai mudar após fim da contribuição única..... 5

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Melhor gestão dos créditos tributários do PIS e da Cofins (Artigo)..... 7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Redução do ICMS não atinge diesel e restringe benefícios..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Como o fim do voto de qualidade em tribunais administrativos afeta os cidadãos (Artigo)
..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pedalada nos precatórios e goteira nos auxílios (Artigo)..... 12

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Déficit primário deve atingir R\$ 20 bilhões..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PEC de R\$ 41,25 bi avança na Câmara; Lira vê falha técnica e suspende sessão..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Procura por cadastro do Auxílio Brasil dispara e cria fila da fila..... 16

ESTADÃO ONLINE - SP - ÚLTIMAS
ANFIP

Trabalhador que ganha um salário mínimo e meio pode ser obrigado a pagar Imposto de Renda
..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

ANS proíbe convênios de limitar consultas..... 21

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Usuários de planos de saúde vivem insegurança jurídica (Artigo)..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Qual o papel do Estado na saúde e como ampliar e melhorar ainda mais os serviços do SUS?
..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Aneel determina redução de tarifas de energia em oito Estados do País.....25

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
ECONOMIA

Crescimento recente no Brasil foi em parte transitório, diz BC.....26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Pela primeira vez em 20 anos, 1 vale US\$ 1.....27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Recomendação de especialistas para quem vai viajar é comprar moeda europeia aos poucos
.....29

LDO passa sem imposição de emendas de relator

O Congresso aprovou nesta terça-feira (12) o projeto de lei que estabelece as diretrizes para a elaboração do Orçamento de 2023 sem a obrigatoriedade do pagamento das chamadas emendas de relator. Esse tipo de emenda se tornou um dos principais instrumentos de negociação com o Congresso durante o governo do presidente Jair Bolsonaro, que usou o mecanismo para angariar apoio no legislativo para pautas do interesse do Planalto e evitar a abertura de um processo de impeachment contra ele.

A votação da lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi concluída após um acordo de líderes que permitiu que a proposta fosse o primeiro item da pauta, desde que a impositividade fosse retirada e uma sessão para apreciar os vetos fosse marcada para quinta-feira (14).

A proposta foi aprovada com o voto favorável de 324 deputados federais, contra 110 contrários. PT, Novo. PC do B, PSB, PSOL e Rede orientaram votação contra o texto. No Senado, foram 46 favoráveis e 23 contra.

Uma das bancadas que se posicionaram contra a aprovação foi justamente o Podemos, partido do relator Marcos do Vai (Podemos-ES). O PT também se posicionou contra. O texto segue para sanção presidencial.

A sessão havia sido suspensa na segunda (11), após pressão do centrão contra a decisão do relator de suprimir o dispositivo que previa a obrigatoriedade de execução das programações incluídas ou acrescidas por emendas de relator.

O trecho havia sido incluído por Do Vai durante a tramitação da proposta na Comissão Mista do Orçamento (CMO) e foi aprovado em 29 de junho pelo colegiado. No entanto, o próprio relator decidiu retirar a obrigatoriedade, após pressão e articulação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

As emendas parlamentares são usadas por deputados e senadores para destinar dinheiro do Orçamento federal para obras e projetos em suas bases políticas.

As emendas de relator não são, hoje, consideradas impositivas. Essa característica, que transforma o uso dos recursos em uma exigência, é aplicada atualmente às emendas individuais e de bancada.

A LDO aprovada nesta terça estipula o valor de R\$ 1.294 para o salário mínimo em 2023, o que significa apenas correção pela **inflação**, sem ganho real. O texto também prevê meta de déficit primário para os orçamentos fiscal e da **seguridade social** de R\$ 65,9 bilhões.

TRANSPARÊNCIA Em outro momento da sessão, os parlamentares mantiveram dispositivo que diminui a transparência das emendas, segundo parlamentares da oposição.

O trecho prevê que as emendas devem ter seus autores identificados, exceto quando houver um remanejamento das emendas de comissões (RP8) e das emendas de relator. Ou seja, quando uma emenda RP9, por exemplo, for remanejada e transformada em uma emenda discricionário do Executivo (RP2), não haverá necessidade de identificar o novo responsável por indicar a emenda.

A oposição buscou derrubar esse dispositivo, com a votação de um destaque. No entanto, a proposta foi derrotada e o texto original do projeto foi mantido, com o dispositivo. (FP)

Site: <https://opopular.com.br/digital/13-julho-2022/1o-caderno>

Liberados R\$ 312,7 milhões para pagar perícias do INSS na Justiça

O impasse que envolve a falta de pagamento de peritos judiciais pode estar perto de chegar ao fim. O Congresso Nacional aprovou, nesta terça-feira (12), o PLN (projeto de lei do Congresso Nacional) 13, de 2022, que libera um crédito especial de R\$ 312,7 milhões para o Ministério do Trabalho e Previdência custear as perícias médicas do **INSS** (instituto Nacional do Seguro Social) na Justiça.

Desde 23 de setembro, o pagamento deixou de ser feito pela União conforme a lei 13.876, de 2019. Segundo a legislação, os exames feitos no Judiciário em processos de benefícios por incapacidade nos quais o **INSS** é parte seriam custeados pelo Poder Executivo por até dois anos.

O prazo venceu em setembro de 2021 e os pagamentos deixaram de ser feitos.

O crédito especial é necessário devido à lei 14.331, que mudou as regras de honorários periciais nos processos que envolvem o **INSS**.

Na prática, o Executivo irá custear as perícias necessárias e, ao final do processo, se houver derrota do segurado e caso ele seja beneficiário da Justiça gratuita, o pagamento segue por conta do Executivo. Caso contrário, o cidadão terá de arcar com o custo.

Segundo o Instituto Brasileiro de Perícia Social, 4 mil peritos têm trabalhado de graça neste ano. A categoria envolve médicos e também assistentes sociais. Em média, são de 10 a 20 perícias por dia.

Site: <https://opopular.com.br/digital/13-julho-2022/1o-caderno>

Simulador do INSS vai mudar após fim da contribuição única

Cristiane Gercina

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) está adaptando o simulador de aposentadoria para excluir uma regra de cálculo mais vantajosa trazida pela reforma da Previdência.

O motivo da exclusão é a publicação da lei 14.331, que passou a valer em maio deste ano, e acaba com a norma.

A contribuição única foi incluída no cálculo da aposentadoria a partir de 13 de novembro de 2019 com a reforma.

A regra consistia na possibilidade de o segurado descartar todas as contribuições e utilizar apenas uma delas, a de maior valor, em sua média salarial, para elevar a aposentadoria.

Para utilizá-la, no entanto, era preciso ter, no mínimo, 180 pagamentos ao **INSS**, que é o tempo mínimo de contribuição a aposentadoria e não ter usado o que foi descartado em nenhum outro regime.

A reforma da Previdência de 2019 criou a permissão para o descarte de quantas contribuições sejam necessárias para a ampliação da média salarial sobre a qual o benefício é calculado. Ao mesmo tempo, acabou com uma regra que obrigava que esse cálculo fosse realizado sobre um número mínimo de recolhimentos -o chamado divisor mínimo.

Com isso, segurados que tinham no mínimo 15 anos de pagamentos ao **INSS** (180 contribuições) conseguiam descartar contribuições em valor baixo e utilizar apenas uma, geralmente paga sobre o teto previdenciário, para se aposentar.

Com isso, a média salarial é calculada apenas sobre o valor alto, elevando a aposentadoria final, no que ficou conhecido como milagre da contribuição única.

A regra beneficia, em especial, segurados que se aposentam por idade. Um exemplo de aposentadoria com uma única contribuição seria a do trabalhador que tenha completado 15 anos de contribuição antes de julho de 1994 e, atualmente, já tenha atingido a idade mínima exigida para se aposentar.

Se ele tivesse mais seis contribuições pagas em reais, por exemplo, com valores menores, e uma contribuição pelo teto do **INSS** (R\$ 7.087,22 em 2022), poderia descartar esses seis pagamentos e usar como referência para o cálculo só a contribuição pelo teto.

O perfil que se encaixava era de segurados que recolheram contribuições antes de julho de 1994, já têm os 15 anos de carência e não têm muitos pagamentos depois do início do Plano Real.

Segundo o advogado Hilário Bocchi Junior, do Bocchi Advogados, ainda há quem possa se beneficiar da regra. "Esta alternativa de planejamento previdenciário ainda é possível para quem completou os requisitos da aposentadoria por idade entre o dia 13 de novembro de 2019, que foi a emenda constitucional da reforma da Previdência, e o dia 4 de maio de 2022." No dia 5, a nova lei passou a valer.

Por causa da mudança de regra trazida pela legislação, o simulador do **INSS** está fora do ar. Em nota, o instituto informou que o simulador está "temporariamente indisponível até que o sistema seja adequado às alterações legais trazidas pela lei 14.331/2022 que alterou a lei 8.213/1991, com novos parâmetros de cálculo de valor".

Além disso, o órgão lembra que o cálculo da média salarial "está disponível apenas para aqueles que estão há cinco anos de realizar o pedido de aposentadoria". Tanto o instituto quanto advogados orienta o segurado a utilizarem o cálculo da média sempre por meio do simular presente no Meu **INSS**.

"Acho complicado porque o segurado vai ter que somar todas as contribuições que estão no Cnis [cadastro de contribuições] dele de julho de 94 até agora e dividir pelo número de meses, não é fácil e pode haver erros", diz o advogado João Badari, do escritório Aith, Badari e Luchin.

Mesmo no cálculo feito pelo Meu **INSS** há falhas, segundo os especialistas, já que, se todas as contribuições não estiverem no Cnis, o sistema não terá como calcular o valor correto. Além disso, o segurado com particularidades na sua trajetória trabalhista, como ter tempo especial, por exemplo, tem um cálculo aproximado e não exato.

Como calcular a média salarial para a aposentadoria? Com o simulador do **INSS** fora do ar, a advogada Carolina Centeno de Souza, do Arraes e Centeno Advocacia, afirma que, para o segurado às vésperas de pedir o benefício, o melhor é procurar um especialista que possa realizar a conta para o beneficiário.

"Com o conhecimento profundo de um especialista, o segurado poderá ter um projeto das possibilidades mais favoráveis. No planejamento previdenciário, a aposentadoria é tratada como um investimento, como deve ser", diz ela.

Segundo Carolina, as falhas no simulador do **INSS** são constantes. "O simulador de aposentadoria do **INSS** sai do ar ou não funciona direito toda vez que a Previdência tem uma alteração nos requisitos de acesso ou na regra de cálculo dos benefícios. Foi assim, em 2019, durante a reforma da previdência e é exatamente isso que está acontecendo agora." O instituto diz que a Data-prev vem fazendo "várias intervenções para melhoria de desempenho do Meu **INSS**". Não há prazo para que o simulador volte a funcionar.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49971&anchor=6459411&pd=3775a95dd4cb0e9b115bbdb75ff23e1>

Melhor gestão dos créditos tributários do PIS e da Cofins (Artigo)

BRUNO FELDMAN E CLÁUDIO SÁ LEITÃO SÓCIOS
DA SÁ LEITÃO AUDITORES E CONSULTORES

Na tentativa de reduzir os preços dos combustíveis, foi publicada a Lei Complementar No 192, de 11.03.2022 e a Lei Complementar No 194, de 23.06.2022. De acordo com esses dispositivos legais, as alíquotas do PIS e da Cofins incidentes sobre óleo diesel, gasolina, álcool e gás natural veicular, foram reduzidas a zero até 31.12.2022.

Em relação à atividade agroindustrial, não haverá tributação do PIS e da Cofins sobre as vendas de álcool, mas continuarão a ser apropriados os créditos de PIS e Cofins sobre suas aquisições de insumos nas situações permitidas pela **legislação tributária**.

Sendo assim, naquele setor praticamente não haverá débitos dessas contribuições no período de julho a dezembro de 2022, já que os principais produtos (açúcar e álcool) estarão com as alíquotas do PIS e da Cofins zeradas. Por esse motivo, boa parte do saldo credor do PIS e da Cofins acumulado naquele período poderá ser compensado com débitos de outros **tributos** federais (exemplo: **INSS** e IRRF dos funcionários).

Entretanto, os créditos presumidos decorrentes da aquisição de óleo diesel para as máquinas e equipamentos, somente poderão ser aproveitados como dedução do débito do próprio PIS e Cofins.

Apesar disso, a partir de 2023, quando voltar a ser tributado o PIS e a Cofins sobre o álcool, os créditos dessas contribuições sobre o óleo diesel acumulados poderão ser deduzidos dos débitos do PIS e da Cofins. Portanto, nos mais diversificados tipos de atividades econômicas das pessoas jurídicas (PJ), é preciso que seja implantado bons controles internos tributários com a finalidade de: (I) conhecer detalhadamente a **legislação tributária** e suas modificações; (II) efetuar um adequado mapeamento do cadastro de produtos, separando os itens que permitem e que não podem usufruir dos créditos tributários, e os seus motivos; (III) gerar e customizar relatórios e elaborar memórias de cálculo de fácil compreensão e apresentação; (IV) proceder uma adequada segregação de cada tipo de crédito, e se podem ser compensados com outros **tributos** ou deduzidos do próprio tributo; (V) preencher corretamente as Declarações Fiscais (EFD - PIS e

Cofins) e as Declarações de Compensação (PER/DCOMP); (VI) dentre outros.

A adoção desses controles facilita a comprovação do adequado aproveitamento dos créditos dessas contribuições e sua compensação, além de resguardar a PJ numa possível fiscalização tributária. Por esse motivo, é muito importante envidar esforços, no sentido de proceder uma melhor gestão dos créditos tributários do PIS e da Cofins, o que resultará em economia financeira e tributária com a devida segurança, evitando preocupações e surpresas desagradáveis para as PJs.

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2166/13-07-2022/>

Redução do ICMS não atinge diesel e restringe benefícios

Roger Dias, Marcílio de Moraes

Menos de duas semanas após os governadores assinarem o decreto que reduz o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da gasolina, o mercado de combustíveis no Brasil já teve seu primeiro impasse. A medida de limitar os **tributos** estaduais contribuiu para que a própria gasolina sofresse os efeitos positivos, com redução significativa no bolso do consumidor, mas o preço do diesel ficou praticamente inalterado nas bombas nos últimos dias. Segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a média do litro do combustível para veículos pesados em Belo Horizonte na última semana foi de R\$ 7,42, enquanto a gasolina teve preço médio de R\$ 6,25, já modificado pela redução do ICMS.

Historicamente, a alíquota do imposto estadual sobre o óleo diesel é mais baixa que a praticada na gasolina exatamente para reduzir o custo do transporte de cargas no Brasil, que é feito majoritariamente por rodovias (62%). Enquanto em Minas o ICMS sobre a gasolina era de 31% e foi reduzido para 18%, o do diesel é de 15%, ficando abaixo do limite estabelecido pela Lei Complementar 194, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que justamente obriga os estados a adotarem o teto para gasolina.

Em 2022, os aumentos praticados pela Petrobras ocorreram em percentual maior para o diesel em relação à gasolina - em março, o diesel subiu 24,9% e a gasolina 18,8%, e em junho o primeiro foi reajustado em 14,28% e o segundo em 5,18%. Foram quatro reajustes seguidos para o combustível destinado a veículos pesados, enquanto para os automóveis leves foram três aumentos nas refinarias. Em média, hoje, o diesel é vendido às distribuidoras por R\$ 5,61, enquanto a gasolina custa R\$ 4,06.

Quem sofre diretamente com os efeitos da distorção do preço do diesel são os caminhoneiros. O presidente do Sindicato das Empresas Transportadoras de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado de Minas Gerais (Sindtanque-MG), Irani Gomes, se revolta com o tratamento dado à classe. No mês passado, logo após o anúncio de novo reajuste feito pela Petrobras, a categoria foi a Brasília para buscar documentos e exigir explicações da entidade no que diz respeito aos preços praticados no mercado.

Segundo ele, a possibilidade de nova greve será novamente discutida nos próximos dias, o que pode levar ao desabastecimento de combustível em várias cidades. "O preço médio do diesel está em R\$ 7,60, em Minas Gerais, e, em alguns postos fora da Grande BH, chega até a R\$ 8,60. A categoria está revoltada com o fato de a redução do ICMS não ter atingido o preço desse combustível. Então, essa semana será muito decisiva. Caso não tenha uma mudança a favor desses trabalhadores, faremos uma paralisação geral", afirmou Gomes.

INFLAÇÃO O diesel se tornou um item importante para a definição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sobretudo no aumento do custo dos fretes em todo o território nacional. Em junho, de acordo com o IBGE, o produto obteve variação positiva de 3,82%, impactado sobretudo pelo aumento de 24,9% anunciado pela Petrobras. A variação no ano já é de 33,39%, enquanto o acumulado dos últimos 12 meses foi de 56,36%.

"Antes, o fato de o diesel ser mais barato favorecia a circulação de mercadorias e a ideia era sempre fazer com que o custo dos fretes embutido no preço das mercadorias fosse menor. No entanto, essa questão do diesel ser mais barato só era viável por causa dos custos de produção e dos preços internacionais. Por outro lado, o diesel mais caro impacta na **inflação** maior e conseqüentemente de bens e serviços, principalmente aqueles que são intensivos em transporte. A gasolina favorece o usuário do automóvel particular, mas não favorece os consumidores de bens em geral", explica o professor de MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Robson Gonçalves.

Para o especialista, faltam intervenções de longo prazo que visam organizar melhor o preço dos combustíveis no Brasil: "Não se pode simplesmente improvisar ações para apagar um incêndio. Há 20 anos, era preciso ter constituído um fundo com parte dos lucros da Petrobras ou mesmo com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que já foi cobrada e não existe mais. Esses fundos deveriam ser usados para a estabilização de preços. Quando a Petrobras precisasse repassar os preços internacionais para o mercado interno, esse recursos poderiam pagar uma parte, amortecendo o impacto na

bomba, quanto de gasolina ou diesel".

A Petrobras tradicionalmente importa um percentual de petróleo para transformá-lo em diesel, a fim de abastecer o mercado interno, pois a capacidade de produção em suas refinarias não dá conta de suprir a demanda. Atualmente, a Petrobras gasta em torno de US\$ 30 com o custo de exploração de petróleo e refino do barril de petróleo. Já o preço internacional varia entre US\$ 100 e US\$ 125.

"A quantidade de diesel produzida pela Petrobras permite que ela atenda entre 75% e 80% da demanda total de todo o país. Temos uma grande produção, mas não conseguimos abastecer toda a demanda. Se ela aumentasse um pouco a produção de diesel, ainda assim nunca conseguiria chegar na capacidade total. Mas poderia aumentar 5 ou 10 pontos percentuais e chegar a 90%. De qualquer forma, o restante seria importado em preços mais elevados, o que afeta o consumidor final nas bombas", afirma Rodrigo Zingales, diretor-executivo da Associação Brasileira de Revendedores de Combustíveis Independentes e Livres (Abrilivre).

Ele entende que a própria estatal e suas distribuidoras deveriam ser investigadas para que o subsídio chegue realmente ao bolso do consumidor final: "A Petrobras e suas distribuidoras não passam a integralidade da redução dos **tributos**. Isso precisa ser investigado pelos Procons, pela ANP e pelo Ministério de Minas e Energia. O posto de combustível não é contribuinte do imposto federal e do ICMS. O governo diz que vai fiscalizar os postos por não baixarem os preços, mas eles não pagam os **tributos**. Já compram o combustível com mais ou menos imposto já incluso. Em contrapartida, as distribuidoras deveriam ser questionadas pelo motivo de o combustível chegar tão caro".

Petrobras diz praticar preços competitivos

A Petrobras alega estar ciente do momento em que o Brasil está enfrentando, além de conhecer os reflexos que os preços dos combustíveis têm na vida dos cidadãos. A estatal lembra que, para formação do preço na bomba, ainda são adicionadas parcelas da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina e biodiesel no diesel produzidos nas refinarias, além de custos e margens de distribuição e revenda.

"A Petrobras tem compromisso com a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado, ao mesmo tempo em que evita o repasse imediato para os preços internos da volatilidade das cotações internacionais e da taxa de câmbio, ou seja, evita o repasse das variações temporárias que podem ser revertidas no curto prazo. Dessa maneira, observando

a evolução do mercado, foi possível manter os preços de venda para as distribuidoras estáveis por 99 dias para a gasolina e 39 dias para o diesel", diz a Petrobras, em nota.

Na semana passada, o Ministério de Minas e Energia divulgou uma tabela com estimativa de potencial de redução dos preços para o consumidor. Em Minas Gerais, o diesel teria desconto de apenas 2% em seu preço final, mesmo depois de sancionada a Lei Complementar 194 - reduziria de R\$ 7,69 para R\$ 7,54 na média. Nesse caso, a queda no valor do litro seria motivada apenas por outra medida entre estados e União, que leva em consideração a média móvel do ICMS dos últimos 60 meses do preço do diesel.

Por sua vez, a gasolina tem estimativa de redução de 24%, passando de R\$ 7,61 para R\$ 5,76 por litro, com interferência direta de diversas variáveis: Pis/Cofins (R\$ 0,69), Teto ICMS (R\$ 0,87) e média móvel dos 60 meses anteriores (R\$ 0,30). "As medidas da Lei Complementar 194 e do decreto da redução do ICMS não se aplicam ao diesel, uma vez que a alíquota do diesel em Minas é de 15%, abaixo do teto estabelecido pelo decreto. E como os **impostos** federais já estavam zerados desde o ano passado, não há impacto para o diesel", alega o Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo do Estado de Minas Gerais (Minaspetro) sobre a política de preços dos postos mineiros.

ANÁLISE DA NOTÍCIA

Redução do ICMS distorce mercado

Redução de preços feita de forma apressada e sem o equacionamento de todos os fatores que compõem valores, principalmente de serviços públicos, pode estar fadada a ter curta duração, mesmo considerando o caráter permanente da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) limitada. Isso porque a própria dinâmica da economia pode neutralizar a redução caso a **inflação** continue a acelerar e pressione os reajustes, assim como os efeitos do conflito da Rússia com a Ucrânia. Hoje, o petróleo está abaixo de US\$ 100 o barril do tipo Brent, mas esse valor pode voltar a subir novamente caso novas restrições sejam tomadas em relação aos russos. De imediato, a mudança fiscal diminuiu o valor dos produtos nas bombas, para alívio dos motoristas, mas para a população que não tem carro, o efeito pode ser mais **inflação**, devido ao custo maior do diesel, historicamente com valor inferior à gasolina por abastecer a frota de caminhões que transportam mais de 60% dos produtos que circulam no país, com o valor do frete influenciando nos preços desses itens. A redução dos **impostos** não alcançou o diesel, hoje valendo 18% mais do que a gasolina, sendo que

sempre foi mais barato para permitir a circulação de mercadorias com custo mais baixo.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/13/07/2022/p1>

Como o fim do voto de qualidade em tribunais administrativos afeta os cidadãos (Artigo)

»»**RODRIGO SPADA** Auditor fiscal da Receita Estadual de São Paulo e presidente da Febrafite (Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais) »»**GERALDO DATAS** Auditor fiscal da Receita Estadual de Minas Gerais, mestre em direito empresarial, presidente do Conselho de Contribuintes do Estado de MG e coordenador do GT-Contencioso Administrativo Tributário do Comsefaz

Mudanças em procedimentos operacionais do Estado costumam ocorrer sem muito envolvimento da opinião pública. É compreensível: os processos são complexos e na maioria das vezes parecem circunscritos a quem lida com eles no cotidiano da atuação profissional. Entretanto, depois de implementadas, as alterações impactam a atuação finalística das instâncias públicas e, conseqüentemente, afetam a vida dos cidadãos. Há um processo desses em curso: a revogação do voto de qualidade nos tribunais administrativos tributários.

O voto de qualidade é instrumento para desempate em votações nesses tribunais, que têm composição paritária. Quem tem direito a esse voto é o presidente do colegiado, que pode ser representante da Fazenda Pública ou do setor privado. Essa configuração começou a mudar após o STF decidir ser constitucional a MP 899/2019, que acabou com o voto de qualidade no Conselho de Administração de Recursos Fiscais, do governo federal, e definiu que, em caso de empate, a decisão é automaticamente pró-contribuinte. Agora, estados que adotam esse formato estão sendo pressionados a reverem seus processos.

Outra ameaça ao voto de qualidade é o texto atual do PLP 17/2022, que tramita na Câmara dos Deputados. A proposta atualmente acaba com esse instituto, mas entidades representativas do Fisco têm trabalhado para mudar isso e usar o projeto como instrumento de garantia do voto de qualidade.

Em Minas Gerais, no Conselho de Contribuintes (CCMG), assim como em São Paulo, no Tribunal de **Impostos** e Taxas (TIT-SP) entre outros órgãos de julgamento administrativo de estados e municípios há câmaras ou turmas de composição paritária, nas quais o voto de desempate é do presidente, que pode ser da administração ou do setor privado, alternadamente.

Assim, as decisões de desempate nem sequer são tomadas sempre pela administração tributária. No estado de São Paulo, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) já tem um voto favorável à inconstitucionalidade do voto de qualidade no TIT. É uma decisão que desconsidera três pontos relevantes.

No caso de São Paulo, apesar do nome "Tribunal", o TIT é uma esfera administrativa do governo de São Paulo - assim como é também nos demais estados e municípios -, suas decisões decorrem do princípio da autotutela dos atos administrativos, onde a administração pode rever os seus atos. Assim, para que não haja casos em que a decisão final seja distinta da interpretação da própria administração, é fundamental a manutenção do voto de qualidade.

Outro ponto fundamental nesse debate é que, após decisões desses tribunais, o contribuinte que se sinta lesado pode ainda recorrer ao Judiciário; já a Fazenda não pode fazer o mesmo. O voto de qualidade é, portanto, a última instância para a defesa dos interesses da administração em casos em que o tribunal não consegue formar maioria. Por fim, já está previsto no Código Tributário Nacional que, em caso de dúvida quanto à capitulação legal, à natureza, às circunstâncias, à autoria, entre outros, interpreta-se da maneira mais favorável ao contribuinte.

Aqui, mais uma vez, é importante desconstruir uma oposição que se tenta forjar entre Fisco e sociedade. Essa visão deturpa o papel das Administrações Tributárias e desconsidera a função social dos **tributos**.

É, nesse sentido, que a alteração do procedimento nas votações dos tribunais administrativos pode impactar diretamente os cidadãos.

Porque, ao tirar poder da administração, corre-se o risco de impedir o ingresso de receitas que seriam usadas na prestação de serviços públicos de saúde, educação, segurança, infraestrutura, entre outros, dos quais os beneficiários são os cidadãos.

Pedalada nos precatórios e goteira nos auxílios (Artigo)

FERNANDO FACURY SCAFF - Advogado, é professor titular de direito financeiro da Universidade de São Paulo

Faz menos de um ano, você deve se lembrar. O ministro Paulo Guedes mencionava que havia surgido um meteoro no horizonte que iria destroçar o teto de gastos. Tratava-se de uma emergência fake, pois o Ministério da Economia é avisado com bastante antecedência pela Advocacia Geral da União sobre a dinâmica do pagamento das dívidas judiciais - os precatórios a serem pagos a quem gastou quase uma eternidade litigando contra a União. O montante que supostamente surpreendeu o ministro, que tinha os olhos voltados para os céus, era de R\$ 30 bilhões.

Você recorda?

A solução adotada, depois de embates no Congresso, foi aprovar não apenas uma, mas duas emendas constitucionais, a 113 e a 114, criando um mecanismo financeiro extremamente perverso que adiou o pagamento da parcela dos precatórios que não coubesse no teto de gastos. Daí surgiu um comprometimento enorme para os futuros exercícios financeiros, pois, a cada ano, o que não couber no teto de gastos será pago no exercício seguinte, com o acúmulo do que sobrou (isto é, ultrapassou o teto). Tal procedimento gera o efeito bola de neve, uma vez que a cada ano serão pagos, de forma cumulativa, o estoque de precatórios daquele exercício, com o acúmulo dos anos anteriores - o que se caracteriza um inferno para os credores, que jamais saberão quando receberão.

A rigor, o que foi feito pelo ministro Guedes, com o inestimável auxílio do Congresso, foi uma pedalada fiscal, pois passou parte do pagamento dos precatórios, despesa corrente, para exercícios posteriores, e daí seguidamente, em uma rosca sem fim, ano a ano.

Agora surge outra surpresa, que revela o governo novamente olhando os céus - embora não tenha sido denominada de meteoro, apareceu no horizonte a estrela vermelha do PT e, com ela, o receio de uma derrota eleitoral.

Falo da PEC Kamikaze, nome atribuído pelo próprio Paulo Guedes meses atrás, antes de mudar de ideia e a apoiar, passando a ser conhecida como PEC

Eleitoral. A PEC concede um conjunto de auxílios à população carente e grupos de apoio do presidente há menos de 90 dias das eleições. O montante do gasto está estimado em mais de R\$ 41 bilhões.

O destaque é que, em vez de invocar o teto de gastos e afastar o pacote eleitoral, afastase o teto, nele criando uma gigantesca goteira para esse gasto de R\$ 41 bilhões no mesmo ano em curso. Afinal, as eleições estão na porta, e o próximo exercício financeiro está além da terra plana, para um futuro governo incerto e não sabido. Estamos em um programa de auditório: vale tudo por dinheiro, isto é, pela reeleição.

Isso lembra uma velha máxima política: aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei. Atualizando o ditado em termos financeiros: aos amigos, goteiras no teto; aos inimigos, pedaladas. A conta não fecha. Além dos R\$ 41 bilhões em goteiras da PEC Eleitoral, existe mais de R\$ 100 bilhões em excesso de arrecadação, aumento do Auxílio Brasil, redução da arrecadação dos **tributos** federais sobre os combustíveis, perdão das dívidas do Fies, Vale-Gás, isenção do IPI para taxistas, ampliação do crédito para pequenas e microempresas, sem falar nos R\$ 16,5 bilhões de emendas de relator (RP9) e das emendas PIX, dirigidas diretamente aos municípios - tudo isso importa em mais de R\$ 300 bilhões. Para isso foi encontrado dinheiro, mas não para pagamento dos precatórios.

O pior é que nem estava claro que o Poder Judiciário era o inimigo, pois são suas decisões transitadas em julgado que estão sendo pedaladas. Agora está. E os credores desses precatórios acabam espremidos entre o mar e as pedras, sem ter a quem apelar. O que resta fazer? A resposta está em uma antiga fábula, na qual um espertalhão tece uma roupa de tecido invisível para o orgulhoso rei, e, quando este desfila para os súditos sua nova vestimenta, uma criança grita que o rei está nu.

Nos resta gritar como a criança. Será que o Judiciário acordará com os gritos?

Déficit primário deve atingir R\$ 20 bilhões

Brasília - O mercado financeiro piorou a projeção para o resultado primário das contas do governo federal em 2022 após seis meses consecutivos de revisões mais otimistas, mostrou relatório Prisma Fiscal divulgado ontem pelo Ministério da Economia, indicando também um aumento na previsão para a dívida bruta no ano.

De acordo com o documento, que capta projeções de agentes de mercado para as contas públicas, a expectativa para o resultado primário do governo central neste ano ficou em déficit de R\$ 20,0 bilhões, ante rombo de R\$ 11,9 bilhões projetado em junho.

A mudança de rumo nas expectativas coincide com a proposição pelo governo e análise no Congresso da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para liberar desembolsos por fora do teto de gastos neste ano em aproximadamente R\$ 40 bilhões para turbinar benefícios sociais.

As revisões das projeções para resultados mais positivos em 2022 haviam começado em janeiro, quando os agentes de mercado melhoraram a previsão de rombo fiscal neste ano de R\$ 95,5 bilhões para R\$ 88,7 bilhões. Os resultados seguintes trouxeram perspectivas melhores para as contas públicas, até a interrupção da trajetória observada no atual levantamento.

As projeções do mercado para o resultado primário refletem uma elevação na estimativa da despesa total do governo, de R\$ 1,770 trilhão para R\$ 1,793 trilhão. Houve uma melhora menos intensa nas expectativas para a receita líquida federal, passando de R\$ 1,762 trilhão no relatório anterior para R\$ 1,775 trilhão na pesquisa deste mês.

Com a piora nos dados, os analistas consultados pela pasta aumentaram a expectativa para a dívida bruta do governo geral em 2022 para 79,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), ante 78,9% na pesquisa de junho.

O governo vem registrando recordes de arrecadação em meio à retomada da atividade econômica e alta da **inflação**. Além de afirmar que a estratégia do momento é converter esse ganho de receitas em cortes de **tributos**, a equipe econômica deu aval para a aprovação da PEC que cria e amplia benefícios sociais em ano eleitoral.

Nos últimos meses, o governo já anunciou cortes de PIS/Cofins de combustíveis, redução de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para uma série de

produtos e cortes de tarifas de importação.

Para 2023, as projeções de mercado indicam déficit primário de R\$ 30 bilhões no governo central, ante R\$ 24,8 bilhões na estimativa trazida pelo relatório anterior.

A dívida bruta no ano que vem, segundo os prognósticos, deve ficar em 82,50% do **PIB**, ante 81,75% previstos no mês passado.

Revisão - A projeção oficial do governo para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro em 2022 será revisada de 1,5% para 2%, informaram à Reuters duas fontes com conhecimento do assunto, em um movimento de melhora que também tem sido observado nas avaliações de mercado, mas em menor intensidade.

A apresentação pelo Ministério da Economia da nova grade de parâmetros do governo, usada para acompanhamento das contas públicas, está marcada para quinta-feira (14). Os dados servem de base para avaliar o movimento das receitas e despesas federais.

Segundo o boletim Focus mais recente, que coleta as projeções de mercado para indicadores econômicos, o **PIB** brasileiro deve crescer 1,59% neste ano. A estimativa dos analistas na semana anterior estava em 1,51%, enquanto a do início do ano havia ficado em 0,3%.

O setor de serviços teve um crescimento acima do esperado em maio, enquanto a produção industrial registrou o quarto mês seguido de ganhos, ainda que abaixo do esperado.

O mercado de trabalho também tem surpreendido positivamente.

Com a atividade mais aquecida, o governo tende a estimar uma arrecadação tributária mais forte.

Os recordes registrados até o momento nas receitas federais vêm sendo usados como argumento pela equipe econômica para dar aval a medidas com cortes tributários e ao pacote para turbinar benefícios sociais em ano eleitoral. (Reuters)

PEC de R\$ 41,25 bi avança na Câmara; Lira vê falha técnica e suspende sessão

Danielle Brant Renato Machado Raquel Lopes

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), decidiu suspender a apreciação da PEC (proposta de emenda à Constituição) que amplia benefícios sociais em ano eleitoral pouco após a aprovação do texto-base em primeiro turno, nesta terça (12).

O placar da votação foi de 393 votos a favor e 14 contrários -eram necessários ao menos 308 votos. A oposição, apesar de ter criticado o caráter eleitoreiro da PEC, votou a favor.

A suspensão da sessão foi justificada por problemas técnicos. A previsão é que a votação seja retomada na manhã desta quarta (13). Os deputados ainda precisam analisar destaques (sugestões de mudança). Depois, a PEC passa por nova votação. Se não houver alteração, segue para promulgação.

Lira sugeriu em diversos momentos da sessão que o sistema da Casa estava sob ataque e, após anunciar a suspensão, disse que a Polícia Federal estava se encaminhando à Câmara para investigar os problemas técnicos identificados durante a votação.

"Como fato técnico relevante que houve, estranho à vontade da Casa, estranho à vontade dos deputados, mantendo o painel para amanhã cedo, a partir das 9h, com o mesmo painel. Isso não cabe questão de ordem, não vai ter discussão, estou fazendo um **comunicado** respeitoso", disse Lira.

"A Polícia Federal está vindo para esta Casa para fazer as investigações do que aconteceu, da maneira mais profunda que acontecer", completou.

Em nota divulgada pouco depois, Lira informou que a área técnica da Câmara verificou instabilidade no sistema de votação remota a partir de 19h. Segundo o **comunicado**, a situação se agravou rapidamente, "suspendendo qualquer possibilidade de votação a distância, inclusive com a queda da rede wi-fi."

"Foram interrompidos simultaneamente os dois links de internet, fornecidos por empresas distintas. Trata-se de uma ocorrência grave e sem precedentes", afirma a nota. "Para assegurar que todos os deputados exerçam seu legítimo direito de voto, foi suspensa a sessão e determinada a investigação

imediate das causas e responsabilidades da pane do sistema."

Os partidos de oposição, no entanto, pretendem entregar um documento para a mesa diretora pedindo para cancelar toda a sessão desta terça. Eles argumentam que a sessão só pode ser adiada por uma hora. Para parlamentares, a suspensão se deu por causa do destaque de estado de emergência que seria votado. Eles acreditam que teriam votos para derrubar o trecho e, por isso, a sessão foi suspensa.

A proposta autoriza o governo a criar um vale para caminhoneiros e taxistas, dobrar o valor do Auxílio Gás e ampliar o Auxílio Brasil para R\$ 600 até o fim do ano, a um custo estimado em R\$ 41,25 bilhões. O estado de emergência foi incluído como uma forma de blindar o presidente Jair Bolsonaro (PL) de alegações de violação da lei eleitoral com a criação de benefícios a poucos meses do pleito.

O Planalto tem pressa para começar a fazer os pagamentos dos benefícios, dada a proximidade da eleição. Bolsonaro está em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Os primeiros indícios de problemas na sessão foram relatados por Lira na votação de um requerimento de retirada de pauta. Segundo ele, a internet estava intermitente. Para pressionar os deputados a votarem, ele disse que daria desconto no salário aos deputados que não votassem. Além disso, levantou suspeitas sobre o problema técnico enfrentado no plenário.

Lira disse que "dois servidores de internet da Casa caíram ou foram cortados ao mesmo período". Ele afirmou que faria uma queixa formal à Polícia Federal e ao Ministério Público.

Ele ironizou o fato de o primeiro turno da PEC que cria o piso salarial de enfermeiros não ter tido qualquer contratempo. Segundo o presidente da Câmara, esse tipo de dificuldade só acontece na votação de temas controversos, com é o caso da PEC que amplia os benefícios em ano eleitoral.

Líder do PL na Câmara, o deputado Altineu Côrtes (RJ) disse estar havendo uma fraude na votação. "A gente precisa saber por que os dois links caíram ao

mesmo tempo no momento da votação da PEC", afirmou. A oposição reagiu e pediu para ele provar a acusação.

A votação havia sido adiada na semana passada, após um requerimento de encerramento de discussão obter apenas 303 votos favoráveis, 5 a menos do que o mínimo necessário. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avaliou que o quórum de deputados presentes (427) ameaçava a votação do texto principal. Por isso, adiou a votação para esta semana.

A sessão na Câmara estava inicialmente marcada para 13h55, mas sofreu atraso por causa da votação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) pelo Congresso, que terminou 14h48. Depois disso, ainda foi preciso esperar os deputados registrarem presença para iniciar a sessão. A votação da PEC teve início por volta de 19h, após o primeiro turno da proposta que cria o piso salarial de enfermeiros.

Uma das tentativas aventadas pela oposição não teve sucesso. Os partidos de esquerda não conseguiram reunir o número mínimo de assinaturas para tentar suspender por até 20 dias a tramitação da proposta. Era necessário um quinto dos deputados -103. Eles obtiveram 92, sendo que a oposição reúne cerca de 120 parlamentares.

A PEC teve a tramitação acelerada por Lira, aliado de Bolsonaro. Em vez de seguir o rito regimental de ter a admissibilidade analisada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) para, só então, ser encaminhado a uma comissão especial para análise do mérito, o texto foi apensado ao da PEC de biocombustíveis, que já tinha passado pela etapa inicial e estava em comissão especial.

A PEC dos benefícios sociais foi apensada à PEC 15, que acrescenta uma garantia de situação tributária vantajosa para os combustíveis não poluentes ao artigo da Constituição que trata sobre o direito de todos os brasileiros a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O texto não estabelece exatamente as alíquotas dos **tributos** que devem incidir sobre os biocombustíveis. Esses percentuais devem ser estabelecidos por meio de lei complementar.

A PEC que amplia benefícios sociais, por sua vez, tem um custo total de R\$ 41,25 bilhões -maior que os R\$ 38,75 bilhões acertados originalmente.

A PEC prevê a ampliação temporária do Auxílio Brasil em R\$ 200, levando o mínimo a R\$ 600 até o fim do ano. O custo da medida é estimado em R\$ 26 bilhões para concessão do benefício por cinco meses -de

agosto a dezembro. O texto também autoriza o governo a zerar a fila do Auxílio Brasil. Para dobrar o valor do Auxílio Gás, o custo é de R\$ 1,05 bilhão.

A proposta prevê um auxílio financeiro de R\$ 2 bilhões a taxistas, concedido entre 1º de julho e 31 de dezembro. A PEC também destina R\$ 5,4 bilhões para a criação de um auxílio de R\$ 1.000 a caminhoneiros autônomos com vigência entre 1º de julho e 31 de dezembro.

O texto aumenta em R\$ 500 milhões a suplementação do programa Alimenta Brasil, que financia a aquisição de alimentos para doação a famílias de baixa renda. Há ainda R\$ 2,5 bilhões em transferência para estados e municípios subsidiarem seus sistemas de transportes públicos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49971>

Procura por cadastro do Auxílio Brasil dispara e cria fila da fila

A fila de espera para receber o Auxílio Brasil disparou nos últimos meses, e a quantidade de famílias que buscam fazer o cadastro para conseguir o benefício -a chamada "fila da fila"- também vem crescendo.

Zerar a lista de espera para entrar no Auxílio Brasil e ampliar o valor do benefício para R\$ 600 estão entre as medidas previstas pelo governo Jair Bolsonaro (PL) na PEC (proposta de emenda à Constituição) que amplia o programa social a três meses da eleição.

De março a abril, dados mais recentes disponibilizados pela CNM (Confederação Nacional dos Municípios), houve um aumento de 113% da fila no CadÚnico (Cadastro Único), requisito básico para acessar o Auxílio Brasil. Segundo a entidade, há 2,788 milhões de famílias aguardando a transferência de renda atualmente.

O número é maior do que esperado pelo governo, que estima que a fila chegue a 2 milhões em agosto, quando deve começar o pagamento do benefício no valor mínimo de R\$ 600. Além disso, técnicos do Ministério da Cidadania reconhecem que a fila não deve ficar zerada por muito tempo, pois os recursos a serem liberados são calculados para atender as famílias que já estarão à espera do programa -e novos pedidos continuarão a ser apresentados até o fim do ano.

Não há estimativa de quantas famílias estariam nessa fila da fila para fazer o cadastro, formada pelos brasileiros que aguardam a inclusão no CadÚnico. O Ministério da Cidadania informou que não acompanha quantos cidadãos ainda não conseguiram entrar no cadastro.

Paulo Ziulkoski, presidente da CNM, diz que a fila da fila é difícil de mensurar e atinge municípios de maior porte, onde há condições de vida mais precárias. Para ele, em vez de elevar o valor do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, o ideal seria ampliar o número de famílias atendidas. "Seria possível incluir 12,668 milhões de famílias no programa com R\$ 400", diz.

O levantamento da CNM aponta que o estado de São Paulo é o que concentra o maior número de famílias à espera do Auxílio Brasil. Em abril, 429 mil estavam na fila em São Paulo, o que representa crescimento de 80% em relação à demanda de março. Em seguida

estão Rio de Janeiro (282 mil famílias) e Bahia (275 mil).

Em maio, segundo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social de SP, o total de famílias na fila do CadÚnico à espera do Auxílio Brasil chegou a 497.292.

Para receber o Auxílio Brasil, o cidadão precisa estar inscrito no CadÚnico e atender a critério de pobreza (renda entre R\$ 105,01 e R\$ 210 por pessoa da família) ou extrema pobreza (renda de até R\$ 105 por pessoa da família). A inscrição é feita por aplicativo ou site, mas o cadastro precisa ser validado em até 120 dias (quatro meses). Nesta fase, muitos não conseguem agendar atendimento e seguem sem assistência.

A perda de renda, a disparada da **inflação** e o desemprego em patamar elevado preocupam Bolsonaro, que está em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

De 2020 a 2021, os 5% mais pobres viram sua renda despencar 34%, de R\$ 59 para R\$ 39. Foi o mais intenso entre as camadas da população investigadas em uma pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A queda é agravada pelo aumento de preços, sobretudo de alimentos, que pesam mais na cesta dos mais vulneráveis. Em 12 meses até junho, o grupo alimentação e bebidas acumulou alta de 13,93%, segundo o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), também divulgado pelo IBGE.

Nesse cenário, o país voltou ao Mapa da Fome. Atualmente, 33 milhões de pessoas enfrentam o problema no país, apontou o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, divulgado em junho.

Capitais como Rio de Janeiro e Salvador enfrentam grande procura de interessados em fazer ou atualizar os dados do CadÚnico, com filas formadas desde a noite anterior e pessoas indo embora sem conseguir senhas.

Em Bangu, na zona oeste do Rio, cerca de 120

pessoas aguardavam na fila para atualizar os dados na praça Raimundo da Paz na segunda-feira (11). Havia cinco tendas com 14 funcionários da assistência social no atendimento.

Alessandra Rosa, 43, chegou por volta das 5h da manhã e não conseguiu pegar senha. Desempregada e mãe de quatro filhos, ela contou que já havia pessoas no local desde as 3h da manhã.

Essa é quarta tentativa para atualizar o cadastro - antes, havia procurado a unidade da favela Vila Moreti. "As atendentes dizem que lá não podem mais receber ninguém. A população lá corre risco, porque fica na fila e pode sair um tiro.", disse.

A mineira Deise Carvalho, 28, está desempregada há um ano e meio e também não conseguiu ser atendida na segunda-feira.

" Vim atualizar meus dados, porque recebo o auxílio há mais de dois anos. Eu fico em casa com duas crianças. Vim para o Rio para ter mais oportunidade de trabalho, mas as coisas aqui estão difíceis. Eu vendo doces, mas até para comprar material para revender está caro", disse.

O auxiliar de serviços gerais João Melo da Silva, 51, levou até um livro para passar o tempo. O morador de Senador Camará também não conseguiu pegar a senha de atendimento. "Já trabalhei como auxiliar de faxina, de caseiro, mas agora com a minha idade é muito difícil, ninguém quer contratar."

No fim de maio, 67 mil famílias da cidade do Rio estavam inscritas no CadÚnico, mas não tinham sido incluídas no Auxílio Brasil. E, no fim de junho, esse número aumentou para 109 mil.

Em Salvador, entre os que buscavam atualizar dados estava o cozinheiro desempregado Roberto Carlos, 58, que recebeu auxílio emergencial até dezembro passado, mas, desde então, não conseguiu entrar para o Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família.

Ele passou a noite na fila, onde chegou por volta das 20h de domingo (10). Para chegar ao local, precisou pegar dinheiro emprestado para um táxi, despesa dividida com o vizinho Rafael Barbosa, 25.

"Já tentei várias vezes, mas sempre dá erro. Eu vivo de biscates, vendo lanches. Não tenho renda. Preciso desse dinheiro", disse.

A alta na procura por programas de assistência social tem sobrecarregado as unidades do Cras (Centro de Referência em Assistência Social) e postos de atendimento das prefeituras. A RBRB (Rede Brasileira

de Renda Básica) já recebeu relatos de espera de até quatro meses por agendamento.

Na cidade de São Paulo, a média de espera para atendimento em um Cras é de 21 dias. Nas unidades do programa Descomplica, chega a 35 dias.

Coordenador de gestão de Benefício da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento de São Paulo, Luis Francisquin afirma que o prazo é justificado pelo aumento na procura por serviços assistenciais.

Segundo ele, aproximadamente 70% dos atendimentos estão relacionados ao CadÚnico. "A demanda é crescente desde o ano passado, mas vem aumentando no último semestre, porque a população está empobrecendo."

A situação é semelhante no Distrito Federal. A cuidadora Cristiane Oliveira de Carvalho, 43, relata que procurou o Cras (Centro de Referência da Assistência Social) no dia 6 de julho e conseguiu agendar o atendimento apenas para 25 de agosto -um intervalo de 50 dias.

A trabalhadora precisa ir até um posto físico para validar as informações cadastradas pelo aplicativo lançado pelo governo federal.

"Eles pedem para que a gente tenha paciência e espere, mas é muito angustiante". Cristiane e os dois filhos, um com 5 anos e outro com 17 anos, sobrevivem da pensão paga pelo pai do filho caçula e de alguns bicos que faz como cuidadora e faxineira.

Por meio de nota, a Sedes (Secretaria de Desenvolvimento Social) do Distrito Federal informou que os atendimentos no Cras serão antecipados para o mês de julho. "As famílias serão contatadas ao longo dos próximos dias para serem informadas acerca da nova data de atendimento", diz o **comunicado**.

Segundo estimativa da RBRB, 20 milhões de famílias ficaram sem nenhuma assistência social com o fim do auxílio emergencial. Embora nem todas cumpram os requisitos para receber o Auxílio Brasil, um número expressivo delas pode estar na fila da fila, diz a entidade.

"Nem todas as famílias do auxílio emergencial seriam as famílias do Auxílio Brasil, mas a gente parte de um número. Nós tínhamos pelo menos 20 milhões de famílias a mais sendo assistidas por uma política de transferência de renda", afirma Paola Carvalho, diretora de relação institucional e internacional da RBRB.

A manicure Marilza Aparecida dos Santos Souza, 49, moradora do Jardim Helena, zona leste da capital paulista, é uma das pessoas sem o benefício. Desempregada há um ano, Marilza recebeu o auxílio emergencial e, desde o fim do benefício, está sem assistência. Na casa, estão desempregados ela, o marido, de 53 anos, e a filha, de 18.

"É uma fila, uma burocracia. Falaram que eu tinha que pegar senha para tentar fazer o CadÚnico para receber; acabei desistindo de esperar. Meu marido faz um bico de pintura de vez em quando. Eu queria mesmo receber o benefício", diz.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

71

Trabalhador que ganha um salário mínimo e meio pode ser obrigado a pagar Imposto de Renda

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Com a previsão de um salário mínimo de R\$ 1.294 em 2023, os brasileiros que ganharem 1,5 salário mínimo (R\$ 1.941) vão ter de pagar o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) a partir do ano que vem se a tabela não for corrigida. Isso significa que R\$ 2,77 devem ser descontados todo mês do contracheque desses trabalhadores. Hoje, quem ganha 1,5 salário mínimo (R\$ 1.818) é isento do IR.

O quadro revela uma situação agravada nos últimos anos em que cada vez mais pessoas com renda baixa passaram a pagar o imposto. A razão é o congelamento do limite da faixa de isenção da tabela do IRPF em R\$ 1.903. Ele é o mesmo desde 2015, quando o salário mínimo era de R\$ 788. Pagava imposto quem ganhava acima de 2,4 mínimos (hoje, o correspondente a R\$ 2.908). Quando o Plano Real entrou em vigor, em julho de 1994, a faixa de isenção do IR era de R\$ 561,81, o correspondente a oito salários mínimos à época (de R\$ 70).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada ontem pelo Congresso prevê um reajuste do mínimo de R\$ 1.212 para R\$ 1.294. O valor deve subir ainda mais por causa da **inflação** em alta. O próprio Ministério da Economia já revisou para cima as estimativas do reajuste e prevê o mínimo em R\$ 1.310 a partir de janeiro do ano que vem. Se concretizar, quem ganha 1,5 salário mínimo (R\$ 1.965) terá R\$ 4,57 descontados todo mês.

Simulações feitas a pedido do Estadão pela tributarista Elisabeth Libertuci, sócia do escritório com o mesmo nome, mostram que quem tem renda menor poderá ter um aumento expressivo de imposto. Com o salário em R\$ 1.294, o imposto pago sobe 141%. Já com o salário em R\$ 1.310,17, a mordida do Leão ficará 169% maior para o grupo de pessoas com renda mais baixa. Para quem ganha R\$ 2 mil de salário, por exemplo, a diferença do imposto a ser pago a mais chega a 10% por mês se o mínimo for de R\$ 1.294 - o equivalente ao desconto de R\$ 7,20 todo mês. O peso do aumento cai à medida que a renda do contribuinte é maior.

"O efeito é avassalador. O problema de não reajustar a tabela para as classes mais baixas é que, no final do dia, quem pagará o Auxílio Brasil adicional é quem ganha menos", ressalta. "Quem não trabalha está recebendo limpo no bolso o Auxílio", pondera ela, que defende não só a correção do limite de isenção para um patamar no mínimo próximo de R\$ 3 mil, mas também o desconto simplificado mensal calculado no contracheque do trabalhador para a **inflação** não comer a renda até a devolução do imposto pago a mais. Hoje, o desconto é aplicado apenas no ajuste da declaração anual.

Aumento de arrecadação

Quanto mais a tabela fica congelada, mais o governo arrecada com a **inflação**. Segundo o presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal (Unafisco), Mauro Silva, a cada 1 ponto porcentual de **inflação** não corrigido na tabela são mais R\$ 2 bilhões por ano nos cofres do governo.

"É um aumento brutal de carga tributária. Nunca imaginamos uma faixa de isenção tão baixa", diz Silva. Segundo ele, o congelamento da tabela é a razão do aumento exponencial de declarantes. Enquanto o Unafisco calculava uma entrega de cerca de 32 milhões de declarações do IRPF neste ano, o número ficou em torno de 36 milhões. "É uma delícia para União, Estados e municípios. É só ficar quietinho que há um aumento da arrecadação", critica. Para ele, os governadores e prefeitos são "sócios" dessa situação porque compartilham com a União a arrecadação do IR.

"O presidente Bolsonaro não corrigiu nem aquilo que seria de responsabilidade do governo desde 2018, um reajuste de 24,49%", afirmou. A correção da tabela foi tema de campanha nas eleições de 2018. Bolsonaro prometeu o reajuste, mas o governo optou por usar o aumento de arrecadação para desonerar **tributos**, como o IPI, e fazer o parcelamento de débitos tributários para micro e pequenas empresas, além do aumento dos benefícios sociais com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) "Kamikaze".

Site:

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,trabalhador-salario-minimo-e-meio-pagar-imposto-renda,70004114533>

ANS proíbe convênios de limitar consultas

Isabel Dourado*

Em reunião extraordinária realizada na segunda-feira, a diretoria colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou o fim da limitação do número de consultas e sessões com psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas. A decisão vale para os usuários de planos de saúde com qualquer doença ou condição de saúde listada pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Todos os usuários de planos de saúde terão direito, a partir de 1º de agosto, a consultas ilimitadas.

O Brasil tem 49,6 milhões de clientes dos convênios médicos.

Antes da medida da ANS, o número de consultas cobertas pelo plano de saúde variava de acordo com cada doença do paciente. Agora, com a decisão, o uso é ilimitado e para se consultar com um desses profissionais basta apenas que as sessões de terapia sejam prescritas pelo médico que acompanha o usuário do plano de saúde.

Segundo a ANS, a decisão busca promover a igualdade de direitos aos usuários da saúde suplementar e padronizar o formato dos procedimentos atualmente assegurados relativos a essas categorias profissionais. Foram excluídas as Diretrizes de Utilização (condições exigidas para determinadas coberturas) para as consultas e sessões com psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas, e o atendimento passará a considerar a prescrição do médico assistente.

Outras medidas

Em junho, a ANS havia aprovado uma norma que expandia a cobertura de planos de saúde para pessoas com transtornos globais do desenvolvimento, como o autismo. Desde 1º de julho, qualquer método ou técnica para tratamento dessas doenças indicado por médico assistente deve ser coberto obrigatoriamente.

A amplitude da cobertura dos planos de saúde tem sido motivo de polemias. Em 8 de junho, uma decisão da segunda seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) restringiu os procedimentos que devem ser obrigatoriamente cobertos pelas operadoras de planos

de saúde no país - o chamado rol de procedimentos da ANS. Os ministros definiram que a natureza do rol é taxativa, o que desobriga as empresas de cobrirem pedidos médicos que estejam fora da lista de coberturas. Havia uma reivindicação dos usuários dos convênios médicos de que o rol fosse exemplificativo, o que permitiria o atendimento de casos não previstos e vinha dando margem a reivindicações de pacientes da Justiça.

Com o entendimento firmado pelo STJ, caso não haja substituto terapêutico ou esgotados os procedimentos do rol, pode haver, excepcionalmente, a cobertura do tratamento indicado pelo médico ou dentista.

* Estagiaria sob a supervisão de Odail Figueiredo

» Serviços avançam 0,9% em maio

Em maio, o setor de serviços registrou crescimento de 0,9% no volume frente a abril, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado veio acima das estimativas do mercado, que esperava avanço de 0,2%. Com isso, o setor, que é o que mais pesa no Produto Interno Bruto (**PIB**), recuperou o patamar pré-covid, ficando 8,4% acima do nível de fevereiro de 2020. Os principais setores que puxaram a recuperação foram os de serviços de tecnologia de informação (com 53,3% acima do nível pré-pandemia); serviços técnico profissionais (16,7%); e serviços de transporte e armazenagem (16,7%).

Usuários de planos de saúde vivem insegurança jurídica (Artigo)

Euler Vespúcio

A jurisprudência pacifica e consolida entendimentos judiciais sobre lacunas legais (deixadas pelo legislador) e deve ser seguida nos demais julgamentos. As decisões políticas pelas Casas legislativas formam o ordenamento jurídico para reger a sociedade.

As alterações de entendimento nas leis são mais difíceis, pois os políticos votam ouvindo as vozes dos eleitores, "de olho" no que o povo pensa. A jurisprudência, por sua vez, muda ao sabor da composição das Cortes e envolvem atores públicos sem mandato eleitoral e não atendem, necessariamente, os anseios subjetivos do povo. De todo modo, os ganhos sociais provindos de leis são mais concretos, pois sua retirada gerará uma grande reação adversa da população.

Desde 1998, com a aprovação da Lei dos Planos de Saúde, a Justiça vinha considerando o rol de procedimentos dessa lei como meramente exemplificativos, e a cobertura dos planos poderia ir além do contido no rol.

Como é um entendimento judicial, no dia 8.6, a 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sem ouvir as vozes dos cidadãos, mudou o entendimento e passou a considerar ser taxativo, em regra, o rol de procedimentos e eventos estabelecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), não estando as operadoras de saúde obrigadas a cobrir tratamentos não previstos na lista, e fixou parâmetros para, em situações excepcionais, os planos custearem procedimentos não previstos na lista.

A ANS emitiu nota afirmando ser o rol de procedimentos uma das principais conquistas consagradas em lei no mercado de plano de saúde.

O Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) afirmou que a "interpretação coloca em xeque a vida de 49 milhões de usuários de planos de saúde, que poderão ter o acesso a tratamentos negado pelas operadoras com respaldo jurídico".

Os planos de saúde têm sido agraciados com reajustes, desde 2000, acima da inflação, após a ANS ter estabelecido o critério dos aumentos pela média do

aumento de preço dos planos coletivos empresariais e por adesão. Desde então, temos a disparada dos índices de reajuste.

Com preços em ascensão, os planos de saúde, após a decisão do STJ, têm mais um alívio para melhorar sua saúde financeira, às custas da piora da saúde do povo.

Relembro a excelente fala, no dia 16.7.2018, da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre o assunto: "Saúde não é mercadoria. Vida não é negócio. Dignidade não é lucro.

Direitos conquistados não podem ser retrocedidos, sequer instabilizados. Por isso, o cuidado jurídico com o tema relativo à saúde é objeto de lei, quer dizer, norma decorrente do devido processo legislativo".

Por isso, a definição dos parâmetros do rol de procedimentos serem exemplificativos ou taxativos, além dos critérios dos reajustes dos planos de saúde, deveriam ser legislados pelo Congresso Nacional, garantindo maior segurança para os usuários dos planos de saúde.

Euler Vespúcio. Advogado

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#!/jornais/1/edicoes/16799>

Qual o papel do Estado na saúde e como ampliar e melhorar ainda mais os serviços do SUS?

A pandemia de covid forçou uma revisão do papel do Estado na saúde. No caso do Brasil, milhões de pessoas descobriram que o braço pesado do Estado, mesmo caro e ineficaz em tantas áreas, na saúde mostrou-se, com o SUS, de imensa utilidade na superação da crise.

O Estadão destacou as jornalistas Adriana Ferraz e Cristiane Segatto para produzir esta reportagem que objetiva municiar os debates eleitorais em torno da questão essencial de formulação de políticas públicas para a saúde no próximo governo, seja quem for o próximo presidente.

O eleito se defrontará com um Sistema Único de Saúde que se mostrou imprescindível diante de uma demanda gigantesca por atendimentos.

São 150 milhões os brasileiros exclusivamente dependentes do SUS, seja para curar um resfriado, tomar uma vacina ou se submeter a uma cirurgia.

A decisão crucial a ser tomada no Palácio do Planalto para tornar o SUS sustentável e mais eficiente gira em torno de três grandes eixos: 1) O governo federal precisa decidir se eleva em quatro anos o gasto público com saúde dos atuais 3,96% do **PIB** para o patamar de 5% do **PIB**, considerado mínimo por estudiosos do assunto.

2) Precisa explicitar seus planos para aprimorar a coordenação e otimização dos recursos destinados à saúde de modo a tornar os gastos mais transparentes e a prestação de contas uma obrigação do setor público para com os pagadores de **impostos**.

3) O ideal é que a nova administração já tenha uma ideia clara de como vai tratar as atuais desonerações que favorecem o setor privado e as Organizações Sociais (OSs), com quem o Estado mantém relações complexas não totalmente entendidas.

DEBATE SOBRE OS TRÊS EIXOS.

Para Rudi Rocha, diretor de pesquisa do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps), caberá ao Ministério da Saúde do novo governo articular ações e

coordenar o serviço de vigilância de alta complexidade e de organização geral de redes de atenção do SUS. Diz Rudi Rocha: "A coordenação do sistema está atualmente totalmente fragmentada. Só avançaremos no ganho de eficiência e melhoria dos serviços se todos trabalharem juntos.

A atenção primária é municipal, mas os hospitais são estaduais e os recursos, em parte, são federais. Tudo isso tem que estar alinhado".

Edson Araujo, economista sênior do Banco Mundial, em Washington, reforça a recomendação sobre a coordenação do sistema, em especial da rede hospitalar. Diz Araújo: "O Brasil tem uma rede hospitalar muito diversa. Há muitos hospitais com baixa ocupação de leitos. Mais de 70% dos municípios brasileiros são pequenos - com cerca de 20 mil habitantes - e não têm escala para prover serviços essenciais de saúde.

Sua existência se justifica pelo atendimento primário.

Na atenção de média e alta complexidade, sobretudo hospitalar, porém, a escala e volume são decisivos". Araujo recomenda fortemente que um novo governo estude mudar os critérios de repasses financeiros com foco em resultados, e não no número de leitos.

Maria Angélica Borges dos Santos, médica e pesquisadora da Fiocruz, concorda com o economista Edson Araujo e aponta a Tabela SUS, usada para definir as transferências de recursos entre os diversos entes do sistema, como mais um fator de descoordenação. Diz a doutora Maria Angélica: "A utilização dessa tabela não é uniforme nem dentro da mesma rede. As unidades geridas por Organizações Sociais (OSs), por exemplo, chegam a receber cinco vezes a tabela SUS.

Os critérios são aleatórios".

O PÚBLICO E O PRIVADO. Não bastasse a complexidade própria de um serviço oficial de saúde implantado capilarmente em um país de dimensões continentais como Brasil, o SUS tem também diversas formas de interação com o sistema privado de saúde.

Há consenso de que a convivência público-privada no sistema de saúde do governo deve continuar, mas são necessárias correções de rota na fiscalização dos repasses, dos critérios de desonerações dadas a hospitais privados titulados como instituições filantrópicas, mas que não necessariamente cumprem rigorosamente a cota de atendimentos públicos acordada.

Adriano Massuda, professor da FGV-SP, sugere um estudo cuidadoso do sistema europeu, que integra com harmonia os serviços públicos e privados de saúde, em benefício dos usuários. Diz Massuda: "A saúde suplementar precisa ser parceira do SUS. Isso é o que os países europeus fazem. Lá, a saúde suplementar está ligada à política nacional de saúde, não funciona como um mundo paralelo".

O professor da FGV-SP lembra que no Brasil os dois sistemas, além de não se complementarem, colocam-se como concorrentes, sendo a maior distorção a possibilidade de uma pessoa com recursos para pagar um plano de saúde privado continuar usando o SUS, especialmente quando precisa de um procedimento complexo ou de um medicamento de alto custo. Conclui Massuda: "É urgente uma integração racional entre os dois sistemas".

Ligia Bahia, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lembra que a Constituição Brasileira colocou o acesso à saúde como um direito de todos os brasileiros. A professora considera que, se o governo não quiser afrontar o texto constitucional, é necessário elevar os gastos com saúde dos atuais 3,9% do **PIB** para 9% do **PIB**. "O impasse é esse.

Se aprovamos a universalização dos serviços de saúde na Constituição, o caminho é desprivatizar o sistema, cortando subsídios aos hospitais particulares, canalizando os recursos necessários para o SUS." A proposição da professora Ligia Bahia é impecável do ponto de vista lógico e do atendimento ao preceito constitucional.

Ela precisa ser debatida.

Os problemas começam, porém, quando se comparam as implicações práticas de governança, controle de custos e de eficiência na criação de uma estrutura de saúde ainda mais gigantesca do que o SUS atual.

Simplemente desmontar a atual convivência pública e privada na saúde brasileira, mesmo com todas as suas zonas de sombra e complexidades, traria estrangulamentos fatais ao sistema, em especial na baixa oferta de serviços de apoio diagnóstico e terapêuticos.

Como registra o relatório "Mix público-privado no sistema de saúde brasileiro: realidade e futuro do SUS", assinado pelas professoras Isabela Soares Santos, Maria Angelica Borges dos Santos e Danielle da Costa Leite Borges, a forte presença de prestadores privados é uma marca distintiva do sistema de saúde brasileiro. Diz a pesquisa: "Em estudo realizado por Hanson e Berman (1995), que abordava o final dos anos 80 e início da década de 90, o Brasil era o país com o maior número de leitos privados por habitante entre 52 países de baixa e média renda nos continentes americano, africano e asiático - 2,5 leitos privados por habitante comparado à média de 0,45 leito privado por habitante para o conjunto dos países estudados".

O caminho mais adequado talvez seja buscar maior transparência nessas relações públicoprivadas com o uso intenso das novas tecnologias digitais.

O PODER DOS DADOS. Em um ambiente global hiperconectado, não faz sentido que o maior e mais complexo serviço de saúde pública do mundo, o SUS, não seja também vanguardista no uso de dados para dar coerência e eficiência para a sua atuação. O papel de financiador do SUS que o governo federal, ao que parece, precisa aprofundar só vai trazer os resultados esperados com decisões tomadas a partir da análise de dados.

Jorge Kalil, presidente do Instituto Todos pela Saúde, é um fervoroso evangelista do uso de ferramentas de gestão e digitais com o objetivo de otimizar o emprego de recursos financeiros e humanos no SUS. Diz Kalil: "Temos de usar os dados que são gerados pelos atendimentos do SUS para melhorar o planejamento do próprio SUS. Esses dados precisam virar informação.

A partir disso, poderemos aprimorar a gestão e prevenir problemas futuros, como as pandemias".

Kalil lembra que digitalizar o sistema de maneira ampla é uma reivindicação antiga dos especialistas em saúde pública. Um compromisso que um novo governo precisa ter para com o SUS é a implementação em tempo curto do Prontuário Eletrônico. Diz Kalil: "Essa ferramenta é fundamental para não ficarmos repetindo exames desnecessários.

O Prontuário Eletrônico permite otimizar recursos e, ao mesmo tempo, aumentar a qualidade do atendimento médico".

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Aneel determina redução de tarifas de energia em oito Estados do País

MARLLA SABINO BRASÍLIA

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu ontem reduzir em até 5,26% o valor das contas de luz cobradas por dez distribuidoras de energia em oito Estados do País. As revisões tarifárias estão previstas em lei que mandou devolver aos consumidores os créditos tributários de PIS/Cofins cobrados indevidamente nos últimos anos. A legislação determinou ainda que a agência reavaliasse os reajustes que já haviam sido aprovados no início do ano.

A maior redução foi determinada para as contas da Energisa Borborema, concessionária que opera em cidades da Paraíba.

Na sequência, entre as maiores quedas, aparecem duas empresas de Sergipe: a Sulgipe (corte médio de 4,88%) e a Energisa Sergipe (4,47%). Também tiveram reduções de preços: Neoenergia Pernambuco (4,07%), Coelba, da Bahia (0,5%); Cosern, do Rio Grande do Norte (1,54%); CPFL Paulista (2,44%); CPFL Santa Cruz, de São Paulo (2,32%); Enel Ceará (3,01%); e Enel Distribuição Rio (4,22%).

Os créditos tributários - referentes a ações judiciais movidas pelas distribuidoras - estavam sendo usados desde 2020 para mitigar a alta nas tarifas, mas não havia uma decisão final sobre o destino dos recursos.

Essas empresas pediam, inclusive, para receber parte dos valores.

No caso das demais distribuidoras, a diretoria da Aneel irá calcular os valores a serem devolvidos no momento de análise de cada reajuste. As datas para ajustes nas tarifas são diferentes para cada empresa, pois considera o "aniversário" do contrato de concessão.

ADIAMENTOS. As revisões das distribuidoras Energisa Mato Grosso do Sul, Energisa Mato Grosso e Equatorial Alagoas, que também estavam previstas para ontem, foram adiadas. Segundo Ricardo Tili, relator do processo da Energisa Mato Grosso do Sul na Aneel, por exemplo, a análise foi adiada porque os créditos da distribuidora ainda não foram habilitados na **Receita Federal**. No caso da Equatorial Alagoas, há uma decisão judicial que ainda impede a revisão de

preços.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Crescimento recente no Brasil foi em parte transitório, diz BC

O recente crescimento econômico acima do esperado no Brasil foi, em grande parte, transitório, disse na segunda-feira (11) o diretor de Política Econômica do Banco Central, Diogo Guillen, citando componentes conjunturais que impulsionaram os resultados.

Em evento do Credit Suisse sobre desafios da política monetária, Guillen afirmou que a atividade no primeiro semestre foi influenciada por medidas fiscais transitórias, como antecipação de 13o a aposentados e pagamento de abono salarial, normalização dos setores no pós-pandemia, aumento do consumo de serviços e redução da poupança que havia sido acumulada pelas famílias ao longo da crise sanitária.

"Sobre atividade econômica, [houve] um crescimento acima do esperado, em grande parte transitório", disse.

No evento, Guillen também afirmou que a estratégia apresentada pelo BC para levar a **inflação** em torno da meta passa por uma Selic terminal mais alta que a expectativa de mercado e um tempo mais prolongado de política monetária significativamente contracionista.

De acordo com o diretor, mesmo com o plano de manter os juros parados em nível alto por um período longo, o BC não perderá esse instrumento da política monetária.

"O BC continua tendo o instrumento [de juros], vamos avaliar no futuro qual será o melhor uso", afirmou, após ser questionado sobre como a autoridade monetária atuaria em um cenário de incertezas elevadas e sem a possibilidade de movimentar a taxa Selic.

Guillen disse que, com a defasagem da política monetária, a estratégia de manter o juro estável por mais tempo impactará mais as projeções de **inflação** de 2024 do que as de 2023. Ele ressaltou que a atuação do BC ainda está focada no ano que vem e deve incorporar 2024 em menor magnitude a partir de agosto.

Ao afirmar que a **inflação** em 12 meses segue rodando em níveis altos, incompatíveis com a meta, ele ressaltou que o comportamento dos preços de serviços, que estão em alta, é o mais enfatizado pelo BC.

Segundo o diretor, o entendimento do BC é que não houve mudança no parâmetro de inércia da **inflação**. Ele explicou que esse indicador tem sido impactado por choques persistentes e pelo fato de a **inflação** estar mais alta em componentes que possuem mais inércia.

Em relação à política de câmbio, Guillen afirmou que, se o BC identificar volatilidade excessiva, redução de liquidez e disfuncionalidades, o componente merecerá intervenção. No entanto, segundo ele, isso não ocorrerá se o câmbio apenas refletir mudanças de fundamentos da economia.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49971&anchor=6459411&pd=3775a95dd4cb0e9b115bbdb75ff23e1>

Pela primeira vez em 20 anos, 1 vale US\$ 1

O euro atingiu nesta terça-feira (12) a paridade com dólar pela primeira vez em duas décadas, afetado pela ameaça de corte de fornecimento do gás russo para a União Europeia no contexto da Guerra da Ucrânia.

Os investidores privilegiam a moeda americana, considerada um valor refúgio, que valorizou 14% desde o início do ano e chegou a ser negociada a US\$ 1 por euro às 9h50 GMT (6h50 de Brasília), a maior cotação diante da divisa europeia desde dezembro de 2002.

O mercado teme um agravamento da crise energética na Europa devido à interrupção do fluxo de gás russo que chega pelo gasoduto Nord Stream 1, atualmente em manutenção. A tensão alimenta os temores de uma recessão na Europa.

O gás procedente da Rússia está no centro da tempestade na Europa e o anúncio de sábado (9) de que o Canadá devolverá turbinas à Alemanha para aliviar a crise energética com a Rússia "não teve um impacto positivo", disse o analista Jeffrey Halley, da empresa Oanda.

O grupo russo Gazprom iniciou os trabalhos de manutenção na segunda-feira (11) no gasoduto Nord Stream 1, que transporta gás diretamente da Rússia para a Alemanha. Os países europeus estão na expectativa para saber se Moscou vai restabelecer o fornecimento após as obras, previstas para durar dez dias.

"A questão chave é saber se o gás voltará depois de 21 de julho. Os mercados parecem já ter tomado uma decisão", disse Halley.

Para Mark Haefele, analista do UBS, uma suspensão do fornecimento de gás russo na Europa "provocaria uma recessão em toda a zona do euro com três trimestres consecutivos de contração da economia".

Um cenário de recessão dificultaria o trabalho do BCE (Banco Central Europeu) caso a instituição deseje acabar com sua política monetária expansionista e passar para uma fase de contração para combater a **inflação** que agrava a situação.

Ao mesmo tempo, o Federal Reserve (Fed, p banco central americano) tem mais margem de manobra para continuar elevando as taxas, já que os números de emprego divulgados na sexta-feira (8) provaram que a economia dos Estados Unidos apresenta maior

resiliência no momento.

A queda do euro pode prosseguir nas próximas semanas.

Os dados sobre a **inflação** na Alemanha, França e Estados Unidos podem alimentar na quarta-feira (12) a preocupação dos investidores.

"Se a **inflação** nos Estados Unidos for maior do que o mercado espera, isso pode beneficiar o dólar, já que os investidores apostam que o Fed terá que seguir ainda mais rápido para aumentar as taxas", disse Fawad Razaqzada, analista da Forex.com.

O euro registrou leve alta depois de atingir a paridade com o dólar e às 10h10 GMT (7h10 de Brasília) era negociado a US\$ 1,0024 (R\$ 5,3).

O dólar também vive uma valorização na comparação com outras moedas consideradas vulneráveis ao risco. A cotação da libra esterlina caiu a US\$ 1,1807 (R\$ 6,3), nível que não era registrado desde março de 2020, quando o início da pandemia do novo coronavírus na Europa, durante as negociações do brexit, provocou a queda da moeda britânica ao menor valor desde 1985.

Uma moeda fraca pode ter suas vantagens, pois ajuda as empresas exportadoras. Afinal, os produtos domésticos ficam mais baratos no exterior, o que impulsiona as vendas. Ao mesmo tempo, porém, o poder de compra também é exportado para o exterior, que passa a comprar produtos alemães e europeus mais baratos.

UE aceita Croácia como 20o membro da zona do euro

OS ministros das Finanças da União Europeia aprovaram formalmente nesta terça (12) a Croácia como o 20o membro da zona do do euro, a partir de 2023.

O vice-presidente da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis, disse que a adesão da Croácia confirma que o euro continua sendo uma "moeda global atraente, resiliente e bem-sucedida" e um símbolo de força e unidade.

"Isso é particularmente importante em um momento tão desafiador, quando a agressão da Rússia contra a Ucrânia continua a causar choque em todo o mundo", afirmou Dombrovskis em uma cerimônia para marcar a

adesão da Croácia, a primeira expansão da zona do euro desde 2015.

O Conselho Europeu, agrupamento de 27 governos da União Europeia, adotou três atos jurídicos necessários para permitir que a Croácia -um Estado-membro da UE desde 2013- introduza o euro em 1º de janeiro.

Um desses atos estabeleceu a taxa de conversão para entrada em um euro para 7,53450 kunas, com a Croácia agora tendo alguns meses para preparar os aspectos práticos para a troca de moeda.

A Croácia é um país independente desde 1991, quando deixou a então Iugoslávia, que, juntamente com a secessão da Bósnia-Herzegovina, um ano depois, desencadeou anos de guerra com a Sérvia.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

71

Recomendação de especialistas para quem vai viajar é comprar moeda europeia aos poucos

Thiago Bethônico

Pela primeira vez em duas décadas, o euro atingiu nesta terça-feira (12) a paridade com o dólar. Com o temor sobre uma possível recessão na Europa, investidores passaram a privilegiar a moeda americana, que chegou a ser negociada a US\$ 1 por euro nesta manhã -algo que não acontecia desde dezembro de 2002.

Para quem pretende viajar para a Europa, a desvalorização pode trazer dúvidas sobre qual a melhor hora para comprar a moeda.

Segundo especialistas, o atual momento não deixa de ser bom, mas se o prazo estiver confortável, a estratégia indicada é buscar o preço médio. Ou seja, considerando a imprevisibilidade inerente ao mercado de câmbio, o ideal é comprar aos poucos e em intervalos regulares -o que funciona como uma proteção a mudanças bruscas.

Após atingirem a paridade na manhã desta terça, as cotações sofreram algumas alterações ao longo do dia. O euro, por exemplo, encerrou vendido a R\$ 5,45, enquanto o dólar fechou em R\$ 5,43.

O momento de queda da divisa europeia coincide com as férias de julho que, diferentemente dos anos anteriores, terão menos restrições ao turismo em função do avanço da vacinação contra a Covid-19.

Para quem vai viajar daqui a uma semana ou duas, comprar euro agora pode ser uma boa oportunidade, defende Reginaldo Galhardo, gerente da Treviso Corretora de Câmbio.

Segundo ele, a moeda está num patamar mais acessível, mas a paridade com o dólar não é necessariamente um indicador de bom momento para compra. Ele lembra, por exemplo, que o euro já esteve mais barato no começo do ano e que, na maioria dos casos, o que importa para quem vai viajar é o valor em relação ao real.

"Em abril, nós tivemos o euro batendo R\$ 5,04. Então, se a pessoa tivesse comprado [naquele momento]

teria ganhado R\$ 0,40 por euro", diz.

Agora, para quem tem dólar e precisa trocar por euro, Galhardo diz que este é realmente um bom momento, porque será possível fazer a transação com uma perda ínfima.

No caso de viagens menos urgentes, o cenário muda. Isso porque há a perspectiva de que a moeda europeia continue caindo frente ao dólar nas próximas semanas.

A divulgação dos números de **inflação** nos Estados Unidos, por exemplo, pode beneficiar ainda mais o investimento em dólar, considerando um provável aumento nas taxas de juros americanas.

Galhardo ressalta que indicadores econômicos da Europa e Estados Unidos também podem apontar para uma recessão, o que provocaria distorções no mercado mundial.

Por isso, para quem tem tempo até a data da viagem, ele recomenda fazer a compra de euro aos poucos.

Se o embarque for daqui a seis meses, por exemplo, Galhardo sugere dividir o valor desejado por seis e fazer aquisições mensais. "Se o euro começar a subir, a pessoa já vai ter feito compras baratas, e se estiver em queda, vai aproveitar o preço."

É o que também sugere Jefferson Rugik, da Correparti Corretora de Câmbio. Segundo ele, a tendência é de que o euro possa operar abaixo da equiparação com o dólar. No entanto, isso vai depender de muitas variáveis, principalmente de como será a recuperação das economias americana e europeia.

Na visão dele, a paridade atingida nesta terça indica que a moeda europeia está mais barata. "Não deixa de ser um bom momento para quem quer viajar para a Europa. Considerando que até pouco tempo comprava-se dólar a R\$ 5 e o euro a R\$ 6...".

Diante da imprevisibilidade natural do mercado de câmbio, Rugik defende que a melhor estratégia, para quem tem tempo de se planejar, é acompanhar o

mercado e buscar o preço médio. "Se a pessoa quer comprar 5.000 euros, compra mil agora, quando cair mais um pouco compra mais mil, vai analisando o mercado", afirma.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

71